

# **PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS OU ALIENAÇÃO?** Larissa Regina Capeloto, Newton Duarte. – Educação – Pedagogia – Departamento de Psicologia da Educação – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

Este trabalho de Iniciação Científica integra um conjunto de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa “Estudos Marxistas em Educação”, coordenado pelo Prof. Dr. Newton Duarte e cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ. Tem por objetivo principal investigar os pressupostos teóricos da Pedagogia das Competências, especialmente no que se refere às relações entre os conteúdos escolares e a prática social.

É no contexto do final do século XX e início do século XXI, que os objetivos deste trabalho estão centrados. Esse contexto tem a marca do recrudescimento da ideologia neoliberal, do processo de mundialização do capital e a exponencial concentração da riqueza, a apropriação privada da ciência e a tecnologia subordinada à lógica do mercado e, conseqüentemente a ampliação dos processos de cisão do gênero humano e o aumento da desigualdade social. Parte deste cenário toda a análise dos fundamentos teóricos da Pedagogia das Competências.

Estamos em um novo tempo: o da Globalização, da Modernidade (ou Pós-Modernidade) competitiva, de Reestruturação produtiva e de Reengenharia. Nesse novo tempo a esfera pública deve submeter-se às leis da competitividade do mercado mundial. Iztvan Mészáros afirma que o capital esgotou sua capacidade civilizatória e agora para prosseguir tem que destruir os direitos dos trabalhadores. A realidade do desemprego estrutural é traduzida por muitos na forma do conceito da empregabilidade ou, nos termos de Vitor da Fonseca, trata-se de promover a educabilidade cognitiva:

“Em vez de se situarem numa perspectiva de trabalho seguro e estático, durante toda a vida, os empresários e os trabalhadores devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e de empregabilidade, o que é algo substancialmente diferente do que se tem praticado. O êxito do empresário e do trabalhador no século XXI terá muito que ver com a maximização das suas competências cognitivas. Cada um deles produzirá mais na razão direta de suas maior capacidade de aprender a aprender, na medida em que o que o empresário e o trabalhador conhecem e fazem hoje não é sinônimo de sucesso no futuro.” (Fonseca, 1998:307)

Na medida em que a Pedagogia das Competências é uma das pedagogias que compartilham a defesa do lema “aprender a aprender” e considerando-se a citação acima como um exemplo de uma mentalidade muito difundida atualmente, uma conseqüência lógica é a de que a proposta de se centrar a educação escolar na formação de competências visa preparar os alunos para a competição por postos de trabalho e para a adaptação à lógica do capital mundializado.

Por conseguinte, as conquistas da sociedade brasileira da década de 80, foram uma a uma anuladas em nome do ajuste da economia, mediante os mecanismos da desregulamentação, da descentralização, da flexibilização e da privatização. Assim, a educação do direito social de todos passa a ser cada vez mais encarada como um serviço a ser prestado e adquirido no mercado ou filantropia. Como exemplo, as campanhas “adote uma escola”, “amigo da escola” e, agora, do voluntariado, explicitam a substituição de políticas públicas efetivas por campanhas filantrópicas.

O pensamento privatista fundamenta as diretrizes educacionais. A reforma do Ensino, mediante os Parâmetros Curriculares Nacionais e os mecanismos de avaliação (ENEM; SAEB e PROVÃO) ao elegerem como perspectiva a Pedagogia das Competências para a empregabilidade, assumem o ideário particularista, individualista e imediatista do mercado e dos empresários como perspectiva geral do Estado.

Ainda sobre a noção de competência na educação escolar básica, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº. 6/2001 de 18 de Janeiro, que “estabelece os princípios da organização curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional” (Artigo 1º), trata-se da noção de competência, que tem aliás estado presente em revisões de outros sistemas de ensino, sobretudo da Europa. Neste documento, intitulado “Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais”, ficam explícitas quatro adequações à idéia de competência. Primeiro, a educação escolar deve dispensar o treino. Segundo, a produção de respostas ou execução de tarefas previamente determinadas não tem sentido. Terceiro, a competência é um saber em ação ou em uso ou ainda é um processo de ativação de recursos. Quarto, assim, a competência significa a articulação de conhecimentos, capacidades e estratégias.

Entretanto, essas proposições suscitam alguns questionamentos como, por exemplo, no que se refere à repetição. Muitas aprendizagens, como ler, escrever etc, para se adquirirem não dispensam o treino! No que se refere à produção de respostas, não se espera que o aluno demonstre as suas aquisições? Então, por exemplo, as provas de avaliação formativa ou somativa mencionadas no documento só podem ser um paradoxo, uma vez que servem exatamente para que os alunos produzam respostas ou executem tarefas previamente determinadas.

Há autores que tentam desvincular a Pedagogia das Competências do universo ideológico capitalista ou neoliberal, como, por exemplo, Suzana Burnier em seu artigo intitulado “Pedagogia das Competências: conteúdos e métodos”. A autora apresenta seis princípios básicos de uma Pedagogia das Competências. Primeiro, uma formação humana integral, sólida e omnilateral só possível com justiça social. Segundo, o significado da aprendizagem. Terceiro, o papel dos saberes dos alunos nas atividades educativas. Quarto, a diversificação das atividades formativas. Quinto, o trabalho coletivo. Sexto, a investigação integrada ao ensino-aprendizagem. Entretanto, tentativas como a de Burnier não estão isentas de problemas e contradições.

No primeiro princípio, *uma formação humana integral, sólida e omnilateral só possível com justiça social*, os novos desafios que os indivíduos e os grupos sociais precisam enfrentar devem estar incluídos nas prioridades tanto da educação profissional quanto da educação geral, assim como em outros processos de formação humana, como, por exemplo, os ligados as ONGs. Assim, as habilidades complexas exigidas ao nosso cidadão não serão atingidas fora do nível educativo que deve proporcionar, segundo Burnier, a formação básica mental-cognitiva, social e de capacidades de realização. Assim, Burnier afirma:

“Mas para formar o ser humano não é só formar para a sociedade e para o mercado. É formar para a felicidade. Isso significa desenvolver nesse ser também as suas potencialidades, os canais de utilização e de expressão artística, de desenvolvimento físico-corporal e a sociabilidade prazerosa. É dar oportunidades a milhões que não as têm de praticar esportes, de conhecer e praticar diferentes tipos de artes, de conviver pela alegria de estar junto.”

Mas pode-se questionar quais seriam as competências necessárias para ser feliz. Será que faz sentido afirmar-se que alguém não é feliz por não dispor de competências? Mas o questionamento pode ir mais além: o que significa realmente formar para a felicidade quando esse objetivo é acrescido aos objetivos de formar para a sociedade e formar para o mercado? Essa felicidade não seria resultante da aceitação prazerosa da alienação?

No segundo princípio, *o significado da aprendizagem*, a autora trabalha, a priori com os sentidos e significados da vida e os relaciona aos conteúdos disciplinares. Ou seja, a separação dos conteúdos em disciplinas destitui muitas vezes esses conhecimentos de seu significado. Assim, Burnier ressalta a necessidade de se aprofundar nos conhecimentos, trabalhando com eles em sua especialidade mas não parar neste ponto, porque reconstruir seu caráter global a cada passo, garante um significado real na vida e no mundo.

Ademais, a autora estabelece novos desafios aos professores:

“Isso impõe novos desafios ao professor: romper os limites de nossa formação fragmentada e reconstruir as relações de nossa área específica de conhecimento com outras áreas de saber correlatadas. Mais uma vez os educadores da formação profissional têm vantagens: no mundo do trabalho os saberes são necessariamente integrados e a solução dos problemas está cada vez mais evidentemente vinculada a uma visão mais global dos processos.”

Ressalte-se o argumento da autora: a suposta fragmentação do conhecimento operada pela divisão do conhecimento em disciplinas escolares seria superada pela realidade do mundo do trabalho. Mas de que mundo do trabalho fala a autora? Será que a alienação teria desaparecido do mundo do trabalho na sociedade capitalista? Ou será que a autora desconhece estudos como o de ALVES (1999), que abordam a degradação do trabalho na era da globalização?

No terceiro princípio, *o papel dos saberes dos alunos nas atividades educativas*, o papel dos saberes dos alunos nas atividades educativas, a autora retrata os conhecimentos prévios dos alunos como um papel fundamental nos processos de aprendizagem. São os conhecimentos prévios as estruturas de acolhimento dos novos conceitos e, por essa razão, devem ser investigados pelo professor. Segundo Burnier:

“(…) saberes oriundos das práticas sociais nem sempre estão incorporados nos saberes acadêmicos e escolares: os conhecimentos tácitos, as práticas sociais, as experiências acumuladas nas lutas políticas e no cotidiano têm um importante papel na orientação da conduta humana”.

Não se pretende aqui questionar a necessidade do professor levar em conta, no trabalho educativo, os conhecimentos adquiridos pelos alunos em sua prática social extra-escolar. Mas a pergunta é: o cotidiano do aluno não está sujeito à reprodução de conhecimentos alienados e alienantes? Afirmar-se, sem maiores distinções, que o conhecimento oriundo do cotidiano deva ser incorporado ao ensino escolar, não pode resultar em ausência de espírito crítico? A quais tipos de saberes tácitos refere-se a autora?

No quarto princípio, *a diversificação das atividades formativas*, desenvolver competências exige que se programem atividades de acordo com o tipo de experiência que cada uma delas proporciona ao aluno, como, por exemplo, o relacionamento interpessoal, a solução de problemas, além das diferentes competências ligadas ao desempenho profissional. Esse princípio fica mais fácil de ser visualizado sabendo-se que a autora defende a metodologia de ensino por projetos como a melhor forma de se concretizar a pedagogia das competências. Aqui o questionamento não se dirige à inegável importância da diversificação das atividades formativas, mas sim à idéia de que tal diversificação somente seja possível com o abandono da organização clássica do currículo em disciplinas escolares e sua substituição pelo ensino por projetos.

No quinto princípio, *o trabalho coletivo*, é também um dos caminhos fundamentais da formação do aluno, por sua condição de favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais e éticas. Para os cidadãos de hoje e, os trabalhadores de qualquer empresa, saber respeitar opiniões, assim como valores diferentes aos padrões sociais são competências necessárias aos setores da vida profissional. Aqui o objeto de questionamento é novamente essa ambígua relação entre formação ética e formação para o mundo do trabalho. O trabalho coletivo na empresa atual não estaria sujeito à alienação decorrente das relações entre capital e trabalho? O trabalho por equipes aboliu a alienação e a exploração?

No sexto princípio, *a investigação integrada ao ensino-aprendizagem*, a autora argumenta sobre como valorizar o saber e construir a capacidade de pesquisa e aprendizagem entre alunos que se envergonham de perguntar e sobre qual atitude educativa deve tomar o professor quando, diante da pergunta de um colega, os demais o ridicularizam. O primeiro passo é a construção, pelos professores, de sua própria capacidade de investigação:

“O educador, como profissional dos conhecimentos, deve dominar ainda os métodos e técnicas básicos de pesquisa (...) o educador poderá planejar atividades que favoreçam o desenvolvimento dessas habilidades fundamentais por seus alunos.”

A autora não estaria perdendo de vista as especificidades de três diferentes tipos de atividade: a atividade de aprendizagem, a atividade de ensino e a atividade de pesquisa? Não seria oportuno retomarem-se aqui os questionamentos feitos por Saviani no início da década de oitenta, quando criticando as idéias escolanovistas, afirmou que “ensino não é pesquisa” (Saviani, 1989, p. 56-59)?

Em suma, a análise preliminar da bibliografia, nesse campo, até aqui realizada, como por exemplo, do artigo de Suzana Burnier, parece fortalecer a tese de que a Pedagogia das Competências tende a ignorar o problema da alienação produzida pela sociedade contemporânea e, mais do que isso tende a contribuir para a reprodução desse fenômeno campo da educação escolar. Essa proposta pedagógica parece reafirmar a lógica social decorrente das relações capitalistas de produção. Critica os conteúdos escolares e aponta-os como um dos elementos responsáveis pela evasão escolar e pela ineficiência do sistema educacional, chamando a atenção para a necessidade de que os conteúdos estejam mais próximos da realidade do aluno e, principalmente, que eles sejam reduzidos drasticamente para que em seu lugar sejam exercitadas as competências exigidas pela prática social dos alunos. Dessa forma, a educação voltada para o mundo do trabalho seria o elemento a motivar os alunos e a produzir uma educação de qualidade. Essa pedagogia propõe-se ainda a formar cidadãos críticos, mas aceita como um dado natural a realidade social contemporânea; menciona as desigualdades sociais, mas o faz evitando situações que coloquem em dúvida os valores que essa sociedade materializa.

### Referências Bibliográficas:

BURNIER, S., *Pedagogia das competências: Conteúdos e Métodos*. Disponível em:<www.scielo.com>. acesso em: 15 mar.2006.

Decreto-Lei nº6/2001 de 18 de Janeiro, Diário Da República- I série A- nº 15.

Departamento da Educação Básica, *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*, Ministério da Educação,2001.

DUARTE, N. *A individualidade Para-Si. Contribuição a uma Teoria História- Social da Formação do Indivíduo*. Campinas, Autores Associados, pp. 87-106,2000.

\_\_\_\_\_. *Sociedade do Conhecimento ou sociedade das Ilusões?: Quatro ensaios critico- dialéticos em filosofia da educação*/Newton Duarte. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003. – (Coleção Polêmicas do nosso tempo,86).

FONSECA, Vitor da – *Aprender a Aprender: A Educabilidade Cognitiva*. Porto Alegre, Artmed, 1998.

MÉSZÁROS, I. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro, Zahar 1981.

PERRENOUD, Ph., “ *Porquê construir competências a partir da escola?*”, Edição Asa, 2001.

RAMOS, M.N., *A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?*,São Paulo: Cortez, 2001.

ROPÉ, Françoise. “Dos saberes às competências”. In. ROPÉ & TANGUY. *Saberes e competências*. Campinas, Papyrus, 1997,pp.69-102.

SAVIANI, Dermeval *Escola e Democracia*. São Paulo, Cortez Editora & Autores Associados, 1989, 21ª ed.

**Bolsa:** PET – SESu/MEC